

GUIA DE PARCERIAS E GOVERNANÇA COLABORATIVA



Institutos Federais e Desenvolvimento Regional



Érico de Avila Madruga
Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza

FICHA CATALOGRÁFICA

(modelo conforme NBR 6029:2021 – ABNT)

Madruga, Érico de Ávila

Guia de Parcerias e Governança Colaborativa: Institutos Federais e Desenvolvimento Regional / Érico de Ávila

Madruga; orientação de Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza. – Edição 2025.

– [S.l.]: autor, 2025.

96 p. : il. color.

Inclui bibliografia.

Produto técnico vinculado à tese de Doutorado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Governança colaborativa.

Educação profissional e tecnológica.

Desenvolvimento regional sustentável.

Parcerias interinstitucionais.

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

I. Meza, Maria Lúcia Figueiredo Gomes de. II. Título.

CDD 351.022 — Administração pública – Governança e cooperação interinstitucional.



4.0 Internacional

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	05
PARCERIAS E GOVERNANÇA COLABORATIVA	07
PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS E ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARCERIAS	08
PASSO A PASSO – IDENTIFICANDO DEMANDAS E APROXIMANDO DO TERRITÓRIO	11
PASSO A PASSO – PLANEJAMENTO E FORMALIZAÇÃO	15
PASSO A PASSO – EXECUÇÃO	18
PASSO A PASSO – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	21
PROPOSIÇÕES PARA ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO	24
BOAS PRÁTICAS DA REDE FEDERAL EPT	28
BOAS PRÁTICAS DE EPT NO BRASIL E NO MUNDO	32
OUTROS GUIAS, MANUAIS E MODELOS	37
REFERÊNCIAS	43



APRESENTAÇÃO

O **Guia de Parcerias e Governança Colaborativa: Institutos Federais e Desenvolvimento Regional** é um produto técnico derivado da tese de doutorado profissional de Érico de Ávila Madruga, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Traduz, em linguagem simplificada, os resultados teóricos e empíricos da pesquisa, que analisou como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) podem ampliar sua efetividade na política pública de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no desenvolvimento local e regional por meio da governança colaborativa.

Este guia pretende, de forma prática e didática, ser **um portfólio de consulta rápida para conceitos, orientações, instrumentos e exemplos reais de articulação entre educação, ciência, tecnologia e gestão pública, inspirando gestores, docentes e técnicos a planejar e executar projetos colaborativos em parcerias com entidades públicas e privadas com impacto social e econômico.**

Estruturado em seções que abrangem desde os fundamentos teóricos e normativos até passos operacionais para identificação de demandas, planejamento, execução e monitoramento de parcerias, o guia também reúne proposições para ensino, pesquisa, extensão e gestão; boas práticas da Rede Federal de EPT e modelos de referência para novos arranjos colaborativos em diferentes contextos regionais.

Mais do que um manual técnico, pretende-se que o guia se constitua como um instrumento, vivo e possível de atualização coletiva pela Rede Federal EPCT, para gestão do conhecimento e de proposições para o aprimoramento da atuação dos Institutos Federais, orientado à **transformação dos Institutos Federais em “Institutos da Região” — e não apenas “na região”, fortalecendo seu papel como vetores de inovação, inclusão e desenvolvimento sustentável em todo o território brasileiro.**

OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) representam uma das mais abrangentes políticas públicas de interiorização do conhecimento e da inovação no Brasil com alta intencionalidade territorial. Sua missão institucional vai além da oferta de cursos técnicos e superiores: os IFs são instituições de educação, ciência e tecnologia com função estratégica no desenvolvimento local e regional, orientadas à formação humana integral, à produção e difusão de conhecimento aplicado e ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APSCs).

A tese que fundamenta este guia evidencia que os IFs constituem infraestruturas públicas de conhecimento voltadas à formação de capital humano e capital social, elementos centrais do desenvolvimento endógeno e sustentável (BOISIER, 2001; SACHS, 2002; ABRAMOVAY, 2010; VEIGA, 2010).

O conceito de capital humano — desenvolvido por Mincer (1958), Schultz (1971) e Becker (1964) — associa educação e qualificação à ampliação da produtividade, da inovação e da coesão social. Quando a formação profissional é articulada às demandas e potencialidades do território, ela se transforma em mecanismo de aprendizado coletivo e inovação regional (LUNDVALL, 1992).

Nos marcos dos Sistemas Nacionais e Regionais de Inovação (SNI e SRI), formulados por Freeman (1987), Nelson (1993) e Cassiolato e Lastres (2003, 2016), os IFs assumem papel de instituições-ponte, articulando universidades, empresas, governos e sociedade civil em processos de coprodução e difusão de conhecimento.

Essas dinâmicas se aproximam dos modelos da Hélice Tríplice (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000) e da Hélice Quíntupla (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2010), que compreendem a inovação como resultado da interação entre universidade, governo, setor produtivo, sociedade civil e meio ambiente. Nos Institutos Federais, essas hélices devem se materializar em práticas pedagógicas e projetos integradores que unem educação, ciência e gestão pública à solução de problemas reais, por meio de pesquisa aplicada e extensão tecnológica promovidas em parcerias colaborativas com prefeituras, empresas, organizações sociais e comunidades locais.



OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesse contexto, a recente publicação do Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept), reforça e atualiza o papel estratégico dos IFs na promoção do desenvolvimento regional. A PNEPT, ao regulamentar o artigo 4º da Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, consolida a EPT como política de Estado, orientada por princípios de atuação em rede, cooperação interinstitucional, planejamento territorial, inclusão produtiva e sustentabilidade.

A política estabelece que a oferta de educação profissional e tecnológica deve estar integrada às demandas locais e regionais, alinhando-se a políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental, e articulando-se com Arranjos Produtivos Locais (APLs), ecossistemas de inovação e governanças regionais. Também enfatiza o papel dos IFs como agentes de articulação territorial, responsáveis por fortalecer vínculos entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e inovação, em diálogo permanente com governos locais, setor produtivo e sociedade civil.

Essa diretriz converge diretamente com os achados e proposições da tese, que defendem o uso da governança colaborativa como mecanismo para alinhar a missão educacional dos IFs às demandas concretas dos territórios. Por meio de práticas como diagnósticos participativos, bancos de problemas regionais, editais de demanda induzida e redes interinstitucionais, os IFs podem ampliar sua efetividade, transformar conhecimento em valor público e consolidar ecossistemas locais de inovação e aprendizagem.

Assim, os Institutos Federais se afirmam como nós estruturantes de governança territorial, capazes de articular saberes, políticas e atores em prol do desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador. Ao integrar formação profissional, pesquisa aplicada, extensão tecnológica e compromisso social, os IFs tornam-se instituições que aprendem com o território, inovam com seus parceiros e contribuem ativamente para a construção de territórios inteligentes e cooperativos, em que o conhecimento é motor do desenvolvimento humano e da prosperidade coletiva.



PARCERIAS E GOVERNANÇA COLABORATIVA

A **governança colaborativa** constitui o eixo conceitual e metodológico da tese que deu origem a este guia. Fundamenta-se em autores como **Ansell e Gash (2008)**, **Emerson, Nabatchi e Balogh (2012)** e **O’Leary e Bingham (2009)**, que a definem como um **processo de formulação e implementação de políticas e ações públicas no qual atores governamentais e não governamentais participam de maneira coordenada, deliberativa e interdependente**, visando produzir resultados que nenhum deles alcançaria isoladamente.

Aplicada aos **Institutos Federais**, a governança colaborativa traduz-se em um **modelo de gestão em rede**, no qual o conhecimento técnico-científico, os recursos públicos e a inovação social são articulados com os esforços de **prefeituras, órgãos estaduais, universidades, empresas, fundações, associações e organizações da sociedade civil**.

Essa cooperação amplia o alcance e o impacto da **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**, ao conectar a formação e a pesquisa às **demandas reais do território**, conforme reforçam a Lei 11.895/2008 o **Decreto nº 12.603/2025 (PNEPT)** e os princípios do **desenvolvimento regional endógeno** (BOISIER, 2001; SACHS, 2002).

Na tese, essa abordagem é operacionalizada por meio da **Matriz de Governança Colaborativa**, composta por oito elementos que explicam as condições e fatores de êxito das parcerias interinstitucionais:

Condições iniciais, que envolvem o contexto, os antecedentes e a motivação dos atores;

Desenho institucional, que define regras, instrumentos e mecanismos de decisão conjunta;

Parceria colaborativa, que estabelece confiança mútua e compromissos recíprocos;

Liderança facilitadora, que conduz o processo com legitimidade e capacidade de articulação;

Ligações informais, baseadas em vínculos pessoais e redes de confiança;

Ligações de recursos humanos, que mobilizam competências e conhecimentos especializados;

Ligações formais, expressas em convênios, termos, acordos e estruturas jurídicas de cooperação; e

Impacto efetivo, que corresponde aos resultados concretos e verificáveis no território.



PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS E ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARCERIAS

Norma

[Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015](#)

[Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004](#) — *Lei de Inovação*

[Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016](#) — *Marco Legal da CT&I*

[Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018](#)

[Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#)

[Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010](#)

Principais Dispositivos e Inovações

Atualiza os arts. 218 e 219 da Constituição Federal, incorporando **inovação científica e tecnológica como dever do Estado** e ampliando a cooperação entre entes públicos, privados e sociedade civil.

Dispõe sobre **incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo**; institui **acordos de parceria para PD&I (APPs)**, uso compartilhado de laboratórios e estímulos à proteção da propriedade intelectual.

Altera e complementa a Lei 10.973/2004; simplifica processos de parceria, amplia o papel das **fundações de apoio**, e flexibiliza contratações e repasses de recursos em projetos de PD&I.

Regulamenta as Leis 10.973/2004 e 13.243/2016; define **instrumentos de parceria (APP, encomenda tecnológica, subvenção etc.)**; reconhece o papel das **ICTs e NITs** na gestão da inovação.

Dispõe sobre as relações entre **instituições federais de ensino e pesquisa** e suas **fundações de apoio**.

Regulamenta a Lei 8.958/1994; define regras de **credenciamento, prestação de contas e controle** das fundações de apoio.

Relevância para Parcerias e Governança Colaborativa

Base constitucional do **Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)**. Incentiva **parcerias interinstitucionais** e a atuação colaborativa de instituições de ensino, pesquisa e setor produtivo.

Principal marco legal das parcerias entre **ICTs e empresas**. Permite aos IFs celebrar **convênios, contratos e acordos de PD&I**, viabilizando inovação e transferência de tecnologia.

Consolida a **integração entre ciência, tecnologia e inovação**, reduzindo entraves burocráticos e fortalecendo a **cooperação público-privada e interinstitucional**.

Instrumentaliza as formas jurídicas de cooperação e estabelece **modelos de governança, monitoramento e avaliação de resultados** em projetos conjuntos.

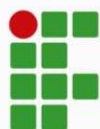
Autoriza os IFs e universidades a **executarem projetos de ensino, pesquisa e inovação via fundações de apoio**, com maior agilidade administrativa.

Garante **segurança jurídica, transparência e conformidade** às parcerias executadas por fundações vinculadas às ICTs públicas.



PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS E ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARCERIAS

Norma	Principais Dispositivos e Inovações	Relevância para Parcerias e Governança Colaborativa
<u>Decreto nº 8.240, de 21 de maio de 2014</u>	Regulamenta os convênios ECTI e os critérios de habilitação de empresas previstos no art. 1º-B da Lei 8.958/1994.	Estabelece parâmetros para credenciamento e execução de projetos de PD&I por meio de fundações de apoio, ampliando a participação do setor produtivo.
<u>Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014</u>	Regulamenta o art. 3º da Lei 8.958/1994, disciplinando aquisição de bens, obras e serviços pelas fundações de apoio em projetos de ensino, pesquisa e inovação.	Define procedimentos simplificados e compatíveis com a natureza científica e tecnológica das parcerias, fortalecendo a execução descentralizada.
<u>Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996</u> — <i>Lei da Propriedade Industrial</i>	Regula patentes, marcas, desenhos industriais e transferência de tecnologia .	Fundamenta a proteção jurídica e repartição de benefícios decorrentes de resultados inovadores em parcerias de PD&I.
<u>Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998</u> — <i>Lei do Software</i>	Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador .	Assegura direitos sobre softwares desenvolvidos em projetos colaborativos dos IFs com empresas e governos.
<u>Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998</u> — <i>Lei de Direitos Autorais</i>	Consolida a legislação sobre direitos autorais de obras intelectuais.	Garante a autoria e titularidade institucional de materiais, publicações e produções científicas derivadas de parcerias.
<u>Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991</u> — <i>Lei de Informática</i>	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de informática e automação .	Viabiliza projetos cooperativos de PD&I em TICs com incentivos fiscais e apoio à indústria nacional.

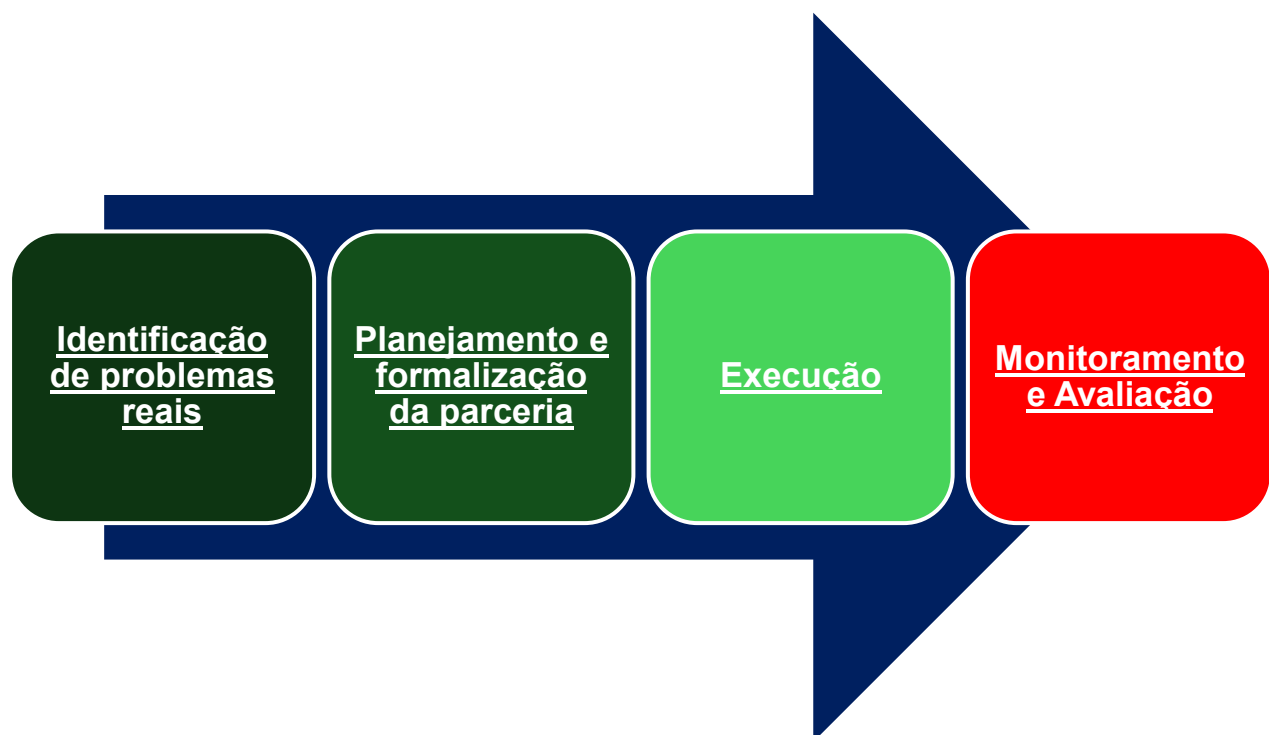


PRINCIPAIS INSTRUMENTOS JURÍDICOS UTILIZADOS

Instrumento	Base Legal Primária	Objetivo Principal	Fontes de Minuta Padrão (APF)	Aplicação em UFs / IFs
Convênio (Repasse Voluntário)	Decreto nº 11.531/2023	Instrumento de transferência voluntária de recursos financeiros entre entes da administração pública para a execução de metas de interesse comum.	Plataforma Transferegov.br / AGU – Minuta Padrão de Convênios	Utilizado em projetos de grande porte com repasse da União para Estados, Municípios ou IFs. Ex.: construção de laboratórios ou centros tecnológicos regionais.
Termo de Execução Descentralizada (TED)	Decreto nº 10.426/2020	Instrumento de descentralização de crédito entre órgãos e entidades da APF , sem alteração da titularidade do recurso.	Transferegov.br – TED / UFJF – Modelos de TED	Usado para transferências entre ministérios e IFs , como repasses do MEC para execução de programas e ações educacionais e tecnológicas.
Acordo de Cooperação Técnica (ACT)	Decreto nº 11.531/2023	Estabelece parceria sem repasse financeiro , visando troca de experiências, informações, capacitação e cessão de infraestrutura.	AGU – Modelos de ACT / Repositórios de UFs (ex.: UFG)	Usado em parcerias acadêmicas e científicas , como cooperação entre IFs, universidades, prefeituras ou empresas públicas (ex.: ACT IFSul– Prefeitura de Pelotas).
Termo de Colaboração / Termo de Fomento (OSC)	Lei nº 13.019/2014 – MROSC	Regula parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil , com ou sem repasse de recursos, voltadas a finalidades de interesse público.	Transferegov.br – OSCs / AGU – Modelos MROSC	Aplicado a projetos de extensão e inclusão social , especialmente em educação ambiental, cultura, economia solidária e inovação social (ex.: IFSP–OSCIP em capacitação comunitária).
Acordo de Parceria em PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação)	Lei nº 10.973/2004 – Lei de Inovação e Decreto nº 9.283/2018	Instrumento jurídico que viabiliza projetos de inovação, desenvolvimento tecnológico e transferência de conhecimento entre ICTs e empresas.	Modelos de ICTs – UFG / EMBRAPA II / AGU – Parceria para PD&I	Aplicado a projetos tecnológicos e de inovação aplicada com empresas, ICTs ou fundações de apoio (ex.: IFPR–Cestec; IFES–Jurong Aracruz; IFSC–Inova+).



FASES DA PARCERIA CONSIDERANDO ELEMENTOS DA GOVERNANÇA COLABORATIVA



1. Identificação de problemas reais: aproximando a academia do mundo do trabalho

Atores da parceria

Pesquisador
Extensionista
Professor



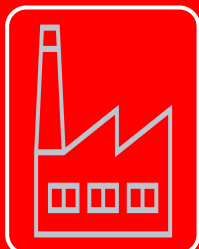
- Propor **metodologias ativas** - PBL
- Atualizar ementas e **currículos**
- Projetos integradores com **problemas reais**
- Analisar estudos, diagnósticos e indicadores locais nas aulas e pesquisas aplicadas
- Propor TCCs, dissertações e teses com análises de problemas reais
- Visitas técnicas e reuniões com entidades públicas e privadas da região

Instituto
Federal



- Criar e atualizar "**Prateleira de Problemas Regionais**": Criar e manter, em parceria com prefeituras e entidades locais, um banco de desafios reais
- **Promover Diagnóstico Territorial Participativo**: Fóruns e consultas públicas com a comunidade para mapear problemas reais e possíveis soluções (formas de análise)
- NIT local **participa e orienta** os atores internos e externos

Parceiro:
Empresa
Indústria
Entidade



- Atualizar lista de de demandas reais
- Apoiar projetos dos IFs (recursos financeiros, laboratórios, equipamentos)
- Contratação antecipada com capacitação direcionada
- Método dual – professor e aluno na empresa / empregado pesquisador na academia'

PASSO A PASSO – IDENTIFICANDO DEMANDAS E APROXIMANDO DO TERRITÓRIO



Fase 1: Prospeção e Articulação Estratégica

Esta é a fase de fundação da parceria. O objetivo é **identificar problemas públicos**, mapear atores e alinhar propósitos para construir uma base sólida para a colaboração.



Descrição e Procedimentos-Chave

É o momento de realizar um diagnóstico profundo do território, promovendo uma escuta ativa para definir objetivos que façam sentido para todos os envolvidos.

Identificar Problemas: Levantar as demandas reais e as oportunidades de desenvolvimento da região.

Mapear Atores: Identificar quem são os parceiros-chave (governo, empresas, sociedade civil) e quais competências e recursos cada um possui.

Diagnosticar e Escutar: Analisar o contexto territorial de forma participativa, ouvindo as necessidades da comunidade.

Definir Propósitos: Construir um entendimento comum sobre os desafios a serem enfrentados e os resultados esperados.





PASSO A PASSO – IDENTIFICANDO DEMANDAS E APROXIMANDO DO TERRITÓRIO


Fluxos e Atividades Possíveis

Um conjunto de ações práticas para transformar o diagnóstico em uma agenda de trabalho inicial.

 **Levantamento de Dados Regionais:** Analisar indicadores sociais, econômicos e produtivos para entender o cenário local.


 **Consulta a Atores:** Realizar reuniões e oficinas com órgãos públicos, empresas, associações e a sociedade civil para coletar percepções e demandas.


 **Identificação de Sinergias:** Conectar as futuras ações com Arranjos Produtivos Locais (APLs), ecossistemas de inovação e planos de governo já existentes na região.


 **Construção de Agenda Colaborativa:** Desenvolver uma pauta inicial de trabalho, priorizando os problemas e as oportunidades identificadas coletivamente.

Exemplos Aplicáveis aos IFs:

Como os Institutos Federais podem colocar esta fase em prática no seu dia a dia:

 **"Prateleira de Problemas Regionais":** Criar e manter, em parceria com prefeituras e entidades locais, um banco de desafios reais que possa orientar TCCs, dissertações, teses e projetos de pesquisa e extensão.

 **Diagnóstico Territorial Participativo:** Promover fóruns e consultas públicas com a comunidade para mapear as vocações econômicas, os gargalos de infraestrutura e as necessidades sociais do território.

 **Oficinas de Priorização (OST):** Utilizar metodologias abertas, como a *Open Space Technology* (Tecnologia do Espaço Aberto), para que os próprios participantes (empresários, gestores públicos, cidadãos) definam e organizem os temas mais urgentes a serem trabalhados em



2. Planejamento e formalização da parceria

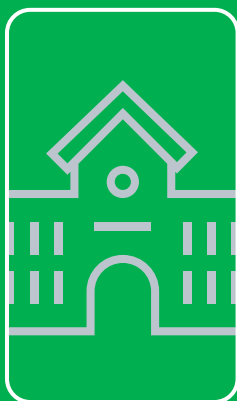
Atores da parceria

**Pesquisador
Extensionista
Professor**



- Identifica e propõe formas de análise e tratamento do problema real (desafio local/regional);
- Discute as possibilidades com o parceiro e busca iniciativas similares para o tema em ações de ensino, pesquisa e/ou extensão;
- Propõe um pré-projeto com minuta de plano de trabalho ao NIT ou órgão equivalente;
- Ajusta, em conjunto com o parceiro, a minuta do acordo e detalha o plano de trabalho após análise técnica e jurídica

**Instituto
Federal**



- Analisa a demanda e orienta o pesquisador e o parceiro por meio do NIT e outras estruturas locais relacionadas;
- Analisa técnica e juridicamente a melhor forma de formalização da parceria;
- Propõe e acompanha, conforme tema e competência, a análise do projeto em comitês e conselhos;
- Formaliza, registra e publica o documento (convênio, ACT, termo etc) contendo plano de trabalho com metas, prazos e responsáveis

**Parceiro:
Empresa
Indústria
Entidade**



- Detalha os problemas / desafios a serem tratados pelo IF
- Indica especialista técnico para ser ponto focal do projeto na entidade
- Aloca recursos humanos, financeiros, infraestrutura para o projeto
- Analisa e propõe, em conjunto com o IF, formas de discussão e decisões sobre o projeto (governança estratégica e operacional)
- Analisa técnica e juridicamente as minutas de acordo e plano de trabalho;
- Aprova nos conselhos e colegiados devidos da entidade;

PASSO A PASSO – PLANEJAMENTO E FORMALIZAÇÃO



Fase 2: Desenho Institucional e Pactuação da Parceria

Com os propósitos alinhados, esta fase foca em **formalizar a colaboração**, definindo as regras do jogo e as responsabilidades de cada parceiro. É o momento de construir a estrutura que sustentará a parceria.



Descrição e Procedimentos-Chave

Aqui, a parceria ganha corpo jurídico e organizacional. Define-se como a colaboração vai funcionar na prática, quem faz o quê e quais instrumentos legais serão utilizados.

Estruturar Formalmente: Organizar como a cooperação será gerenciada.

Definir Responsabilidades: Estabelecer claramente os papéis e as obrigações de cada instituição envolvida.

Estabelecer Regras: Criar as diretrizes de governança da parceria (como decisões serão tomadas, como a comunicação ocorrerá).

Formalizar Juridicamente: Escolher e elaborar os instrumentos legais adequados (convênios, acordos, TEDs, etc.) que darão segurança à colaboração.



PASSO A PASSO – PLANEJAMENTO E FORMALIZAÇÃO

Fluxos e Atividades Possíveis

Passos concretos para transformar o acordo inicial em um compromisso formal e operacional.

Elaboração de Plano de Trabalho Conjunto:

Detalhar metas, atividades, cronograma, recursos necessários e indicadores de sucesso, com a participação de todos os parceiros

Análise de Viabilidade Jurídica e Técnica:

Verificar se a parceria é legalmente possível e tecnicamente factível, consultando procuradorias e áreas técnicas.

Aprovação em Colegiados Internos:

Submeter a proposta de parceria aos conselhos ou instâncias decisórias de cada instituição para validação formal.

Assinatura de Instrumento Jurídico:

Formalizar a parceria por meio do documento legal apropriado, considerando a legislação aplicável (como Leis de Inovação, Fundações de Apoio, Marco Legal de CTI, etc.).

Exemplos Aplicáveis aos IFs:

Situações práticas de como os Institutos Federais podem formalizar suas parcerias:

Convênio IF-Prefeitura:

Formalizar uma parceria com a prefeitura local para um projeto de requalificação urbana sustentável, definindo as contribuições de cada um (alunos/professores do IF, equipes da prefeitura).

Termo de Execução com Fundação de Apoio:

Estabelecer um termo de execução (ou contrato) com



3. Execução

Atores da parceria

**Pesquisador
Extensionista
Professor**



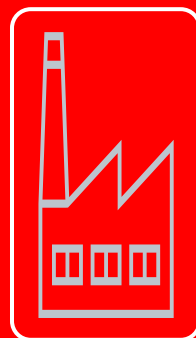
- Executar as ações definindo os detalhes junto aos parceiros;
- Cocriar soluções e testar em espaços seguros com os parceiros;
- Visitar e escutar, de forma periódica, os parceiros e comunidades impactadas;
- Abrir espaços e promover a participação dos parceiros nas salas de aula e laboratórios;

**Instituto
Federal**



- Promover espaços e eventos para definição de ações conjuntas entre os parceiros;
- Promover a estruturação e organização da governança estratégica e operacional do projeto com o pesquisador e o parceiro;
- Apoiar e registrar a execução parcial do projeto
- Acompanhar e apoiar a medição de indicadores e propor, em conjunto com o parceiro, ajustes no plano de trabalho

**Parceiro:
Empresa
Indústria
Entidade**



- Discutir e definir, em conjunto com o IF, o detalhamento das ações envolvendo as áreas/comunidades impactadas com o problema e possíveis soluções;
- Permitir e incentivar a visita e espaços de compartilhamento na entidade para receber o IF (professor, alunos etc) para contexto e aprendizados práticos;
- Comparecer e apoiar formalmente a execução das ações por meio de alocação de pessoal capacitado no IF (ações de ensino, pesquisa, extensão e demais atividades relacionadas ao projeto);
- Promover a disseminação e espaços de sugestões junto a outros parceiros e sociedade sobre o tema.



PASSO A PASSO – EXECUÇÃO



Fase 3: Execução e Coprodução das Ações

É aqui que o plano de trabalho ganha vida! Esta fase envolve a implementação prática das atividades, com forte ênfase na colaboração e participação ativa de todos os parceiros na construção das soluções.



Descrição e Procedimentos-Chave

Colocar em prática o que foi planejado, de maneira conjunta e integrada. A chave é a **coprodução**: criar e implementar as soluções *junto* com os parceiros e a comunidade, não apenas *para* eles.

Implementar o Plano: Realizar as atividades conforme definido no plano de trabalho.

Agir de Forma Compartilhada: Executar as tarefas de maneira colaborativa, envolvendo as equipes de todas as instituições parceiras.

Promover a Participação: Incluir gestores locais, empreendedores e a comunidade beneficiária na execução e validação das ações.


Focar na Coprodução: Desenvolver as soluções (cursos, tecnologias, serviços) em conjunto, garantindo que atendam às necessidades reais.





PASSO A PASSO – EXECUÇÃO


Fluxos e Atividades Possíveis

Ações concretas que materializam a colaboração durante a execução do projeto.

 **Realizar Oficinas e Laboratórios:** Conduzir atividades práticas, workshops e testes em laboratórios com a participação dos parceiros.


 **Executar Cursos e Pesquisas:** Ministrando capacitações, desenvolver pesquisas aplicadas e realizar experimentos conforme o planejado.


 **Oferecer Mentorias e Consultorias:** Prestar assessoria técnica e acompanhamento a gestores locais, empreendedores ou grupos comunitários.


 **Desenvolver Soluções em Conjunto:** Criar protótipos, softwares, metodologias ou serviços em colaboração direta com os usuários finais.

Exemplos Aplicáveis aos IFs:

Como os Institutos Federais podem executar seus projetos de forma colaborativa.

 **Projeto de Extensão com Cooperativas:** Trabalhar junto a cooperativas locais para desenvolver novas tecnologias ou processos produtivos, envolvendo estudantes e professores do IF na implementação.

 **Laboratório Vivo de Energia Solar:** Criar um espaço experimental de energia solar em parceria com a prefeitura ou empresas locais, onde alunos aprendem na prática e a comunidade pode testar soluções.

 **Startup Incubada em Parceria:** Apoiar uma startup local dentro da incubadora do IF, com mentoria conjunta de professores e empresários parceiros, desenvolvendo um produto ou serviço inovador para o mercado regional.

4. Monitoramento e Avaliação

Atores da parceria

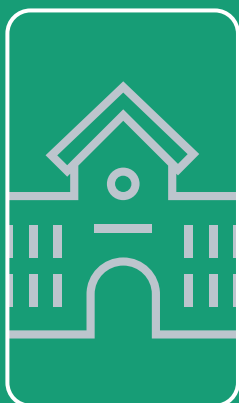
**Pesquisador
Extensionista
Professor**



Avaliar resultados efetivos

- Propor melhorias nos processos internos
- Propor indicadores
- Avaliar e divulgar indicadores

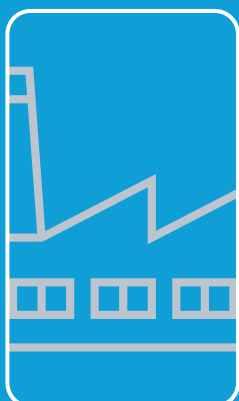
**Instituto
Federal**



-Organizar e disponibilizar documentação sobre a execução do projeto (relatórios técnicos e financeiros);

- Verificar necessidade de ajustes de metas, prazos etc
- Formalizar aditivos
- Promover avaliações parciais e final sobre a eficiência e efetividade do projeto

**Parceiro:
Empresa
Indústria
Entidade**



-Avaliar efetividade das ações

- Divulgar parceria e resultados
- Propor aprimoramentos e próximos desafios

PASSO A PASSO – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



Fase 4: Monitoramento, Comunicação e Transparência

Esta fase é crucial para manter o projeto nos trilhos, garantir que todos os parceiros estejam alinhados e prestar contas à sociedade. O foco é acompanhar o progresso, identificar desvios e comunicar os avanços de forma clara e aberta.



Descrição e Procedimentos-Chave

Acompanhar de perto o andamento das atividades, os resultados alcançados e os riscos potenciais. É essencial criar indicadores claros e mecanismos para que todos os parceiros prestem contas juntos.

Acompanhar Continuamente: Monitorar o progresso das atividades, o uso dos recursos e o alcance das metas.

Identificar Riscos: Avaliar potenciais desafios ou desvios do plano e propor correções.

Criar Indicadores: Definir métricas claras para medir o desempenho e o impacto do projeto.

Garantir Prestação de Contas: Estabelecer processos transparentes para relatar o uso dos recursos e os resultados alcançados.


Comunicar Abertamente: Manter todos os parceiros e a sociedade informados sobre o andamento e os resultados do projeto.





PASSO A PASSO – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO


Fluxos e Atividades Possíveis

Ações práticas para garantir um acompanhamento eficaz e uma comunicação transparente.

 **Reuniões Periódicas:** Realizar encontros regulares do comitê gestor ou da equipe do projeto para discutir progressos, desafios e próximos passos.


 **Relatórios Integrados:** Elaborar relatórios físico-financeiros que consolidem as informações de todos os parceiros, mostrando o avanço das metas e o uso dos recursos.


 **Divulgação Pública:** Comunicar os resultados parciais e finais do projeto através de notícias, eventos, seminários e publicações acessíveis ao público.


 **Uso de Plataformas Colaborativas:** Utilizar ferramentas digitais (como SIGProj ou outras plataformas de gestão) para compartilhar documentos, acompanhar tarefas e facilitar a comunicação entre os parceiros.

Exemplos Aplicáveis aos IFs

Como os Institutos Federais podem colocar em prática o monitoramento e a transparência em suas parcerias.

 **Painel Digital de Governança:** Criar um painel online (dashboard) acessível aos parceiros e, idealmente, ao público, mostrando o status do projeto, os principais indicadores e as entregas realizadas.

 **Dashboard de Indicadores Regionais:** Desenvolver um painel específico para visualizar como o projeto está impactando indicadores sociais, econômicos ou ambientais na região atendida.

 **Relatórios Anuais de Impacto:** Publicar anualmente, no site do IF e dos parceiros, relatórios claros e objetivos sobre as atividades realizadas, os recursos utilizados e os impactos gerados pela parceria.



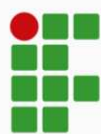
Ensino: Inovação Curricular e Integração Territorial

Dimensão	Processos e Procedimentos	Objetivo / Resultado Esperado	Exemplo de Aplicação
Acadêmico-pedagógica	Revisar PPCs e componentes curriculares com base em problemas regionais mapeados e demandas dos APLs.	Tornar o ensino mais contextualizado, problematizador e aderente ao desenvolvimento regional.	PPCs de cursos técnicos e tecnológicos baseados em “prateleira de problemas” regionais.
Interinstitucional	Criar disciplinas integradoras e projetos intercampi envolvendo governos locais e empresas.	Fortalecer a interdisciplinaridade e o trabalho em rede.	Projetos integradores com prefeituras e cooperativas locais.
Pessoal (docente e discente)	Estimular metodologias ativas e avaliação formativa com foco em competências socioemocionais e técnicas .	Promover protagonismo estudantil e formação integral.	Projetos de aprendizagem baseada em desafios (PBL) com contextos reais.
Institucional e Governança	Estabelecer protocolos de reconhecimento de saberes e certificação intermediária (microcredenciais).	Tornar o itinerário formativo mais flexível e conectado a oportunidades locais.	Microcertificações integradas a cursos FIC e EPT integrada ao ensino médio.
Normativo e Financiamento	Adequar regulamentos e editais para apoiar cursos em rede e itinerários formativos integrados .	Otimizar recursos e ampliar a cobertura da oferta educacional.	Editais MEC/Setec de fomento à EPT integrada e territorializada.



Pesquisa: Aplicação Territorial e Inovação Colaborativa

Dimensão	Processos e Procedimentos	Objetivo / Resultado Esperado	Exemplo de Aplicação
Institucional e Governança	Criar comitês de pesquisa e inovação regionais (multi-campi e interinstitucionais).	Ampliar a integração e a governança da pesquisa aplicada.	Comitês de Inovação Regional vinculados aos NITs.
Interinstitucional	Estimular projetos de PD&I cooperativos com ICTs, empresas e órgãos públicos.	Promover inovação e transferência de tecnologia regional.	Projetos EMBRAPPII e redes de PD&I.
Acadêmico-pedagógica	Vincular TCCs, dissertações e iniciações científicas a problemas e demandas locais .	Direcionar a pesquisa acadêmica para impacto social e produtivo.	TCCs e dissertações baseados em diagnósticos regionais participativos.
Normativo e Financiamento	Criar fundos internos de inovação e editais temáticos integrados a APLs e políticas territoriais.	Garantir financiamento contínuo e vinculado a resultados.	Editais internos de inovação tecnológica e extensão produtiva.
Pessoal (pesquisadores e bolsistas)	Valorizar na progressão docente e nos editais internos a coprodução com parceiros externos .	Reconhecer o impacto territorial como mérito acadêmico.	Critério de avaliação institucional baseado em impacto social e inovação.

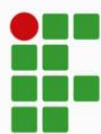


Extensão: Territorialização, Participação e Impacto

Dimensão	Processos e Procedimentos	Objetivo / Resultado Esperado	Exemplo de Aplicação
Interinstitucional	Estruturar redes locais de extensão envolvendo IFs, UFs, prefeituras, empresas e OSCs.	Garantir capilaridade e continuidade das ações.	Redes regionais de extensão sustentável (modelo IFES–Jequiá da Praia).
Institucional e Governança	Implantar planos anuais de extensão territorializada integrando ensino, pesquisa e inovação.	Consolidar a extensão como eixo estruturante da EPT.	Plano de Extensão e Inovação Territorial (PEIT).
Acadêmico-pedagógica	Integrar extensão nos PPCs e currículos, com créditos e registro acadêmico formal .	Assegurar o cumprimento dos 10% de carga horária extensionista.	Componente curricular de “Extensão Tecnológica e Social”.
Pessoal	Incentivar docentes e técnicos com pontuação e bolsas de impacto regional .	Estimular engajamento e reconhecimento institucional.	Bolsas de impacto territorial via PROEX e PROEXT.
Normativo e Financiamento	Criar mecanismos de fomento participativo e parcerias via MROSC e OSCs.	Expandir a rede de atores sociais e econômicos.	Termos de fomento com associações e cooperativas locais.

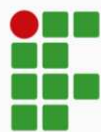
Gestão e Governança: Eficiência e Cooperação Institucional

Dimensão	Processos e Procedimentos	Objetivo / Resultado Esperado	Exemplo de Aplicação
Institucional e Governança	Implantar Comitês de Governança Colaborativa e Integridade (CGCI) nos IFs.	Fortalecer a tomada de decisão participativa e a coordenação interna.	Comitês integrados entre Reitoria, campi e parceiros locais.
Normativo e Financiamento	Criar instrumentos padronizados de parceria (minutas, checklists e fluxos).	Reduzir riscos e aumentar a segurança jurídica nas parcerias.	Guia interno de parcerias e matriz de governança colaborativa.
Interinstitucional	Formalizar arranjos de governança territorial (redes, fóruns e consórcios) .	Promover gestão compartilhada de políticas públicas e recursos.	Fóruns regionais IFs–Municípios–Sebrae–APL.
Acadêmico-pedagógica	Integrar indicadores de sustentabilidade e impacto regional aos instrumentos de planejamento institucional (PDI, PPI, PPIE).	Alinhar gestão acadêmica aos objetivos de desenvolvimento territorial.	Inclusão de indicadores ESG e ODS nos PDIs dos IFs.
Pessoal (lideranças e equipes)	Capacitar gestores em governança colaborativa, liderança e integridade pública .	Desenvolver competências de governança e ética aplicada.	Cursos de formação continuada e oficinas CGU/ENAP.



BOAS PRÁTICAS DA REDE FEDERAL EPT

	Nome da Ação/Iniciativa	Instituição(ões) Principal(is)	Breve Descrição	Foco Principal	Link/Referência
1	Disciplina Indústria 4.0	UTFPR	Equipes multidisciplinares de estudantes propõem soluções para desafios reais de empresas/órgãos, aplicando conceitos de Indústria 4.0 ¹ .	Ensino / Extensão / P&D&I	UTFPR Notícia
2	Espaços Inovadores e Labs. Multiusuários	IFAL	Estruturas com equipamentos especializados para P&D e formação, abertas a usuários internos e externos ²²²² .	Estrutura / P&D&I / Formação	IFAL Espaços
3	Fábrica de Inovação	IFMA	Presta serviços inovadores à comunidade, levantando problemas reais e desenvolvendo soluções tecnológicas com participação estudantil ³³³³ .	Estrutura / P&D&I / Extensão	IFMA Inova
4	Parceria Estratégica IFRS - Viamão	IFRS (Campus Viamão)	Cessão de área do IFRS para sede da Prefeitura, com contrapartidas em infraestrutura e planejamento de Parque Tecnológico ⁴ .	Governança / Infraestrutura / Inovação	IFRS Notícia
5	Edital FAPERGS / IFs RS	IFRS, IFSul, IFFar	Edital conjunto com FAPERGS para fomentar projetos de PD&I em colaboração com empresas/ONGs/cooperativas, focados em problemas reais ⁵ .	Fomento / P&D&I / Parceria	Edital FAPERGS



BOAS PRÁTICAS DA REDE FEDERAL EPT

	Nome da Ação/Iniciativa	Instituição(ões) Principal(is)	Breve Descrição	Foco Principal	Link/Referência
6	Editais de Chamada Pública para Parcerias	IFB (Exemplo)	Instrumento formal para selecionar e formalizar parcerias com entidades externas para projetos conjuntos ⁶ .	Instrumento / Parceria	Edital IFB
7	Edital para Projetos de Incubadora	IFAC (Exemplo)	Instrumento formal para selecionar projetos inovadores (base tecnológica/social) para receber apoio em incubadoras ⁷ .	Instrumento / Empreendedorismo / Inovação	Edital IFAC
8	Programa PRADI	IFPR	Programa (via edital) que apoia projetos de PD&I para solucionar problemas locais/regionais, com interação público-privada e estudantes ⁸⁸⁸⁸ .	Programa / Fomento / P&D&I	Regulamento PRADI
9	Empresas Juniores	IFSC (Exemplo)	Organizações estudantis que prestam serviços técnicos/consultoria ao mercado, aplicando conhecimentos e desenvolvendo empreendedorismo ⁹ .	Modelo / Extensão / Empreendedorismo	IFSC EJs
10	Polo de Inovação Embrapii	IFCE (Exemplo)	Unidade de P&D&I credenciada pela Embrapii para executar projetos de inovação tecnológica com a indústria, com co-financiamento ¹⁰ .	Estrutura / P&D&I / Parceria Industrial	Polo IFCE



BOAS PRÁTICAS DA REDE FEDERAL EPT

16	Programa AgroIFAL	IFAL	Fortalecimento da agricultura familiar com tecnologias validadas para aumentar produção, diversificar e promover segurança alimentar ¹⁶ .	Extensão / Agricultura Familiar / Seg. Alimentar	Notícia IFAL
17	Cursos de Qualificação para Habilitação ao PNAE	IFAL	Cursos (via edital) para capacitar agricultores familiares em regularização (fundiária, CAR, DAP/CAF) para acesso ao PNAE ¹⁷ .	Formação / Extensão / Agricultura Familiar	IFAL qualificação PNAE
18	Projeto Canteiro Modelo Conservação Igreja de Lourdes	IFPA	Parceria com IPHAN para criar canteiro-escola oferecendo ATHIS e capacitação em conservação/restauro de patrimônio histórico ¹⁸ .	Extensão / Patrimônio Histórico / Formação	IFPA IPHAN Canteiro Modelo Lourdes
19	Hotel Tecnológico	IFSC	Programa/espço (via edital) que oferece suporte (infraestrutura, mentoria) para desenvolvimento de projetos inovadores iniciais/pré-incubação ¹⁹ .	Estrutura / Empreendedorismo / Inovação	Edital IFSC
20	Projeto Pedagógico Integrado ao Território	IFPR (Jacarezinho)	Abordagem curricular que integra ensino com demandas/desafios regionais, envolvendo alunos em projetos com soluções locais ²⁰ .	Ensino / Metodologia Pedagógica / Desenv. Regional	Relato Porvir
21	Editais de Pesquisa Aplicada – Demanda Induzida	IFFar, IFC (Exemplos)	Edital de fomento interno que apoia projetos de PD&I condicionados à parceria formal com Instituição Demandante externa para resolver problemas reais	Instrumento / Fomento / P&D&I / Parceria	Edital IFFar , Edital IFC

BOAS PRÁTICAS NO BRASIL

	Nome da Ação/ Iniciativa	Instituição (ões) Principal(is)	Breve Descrição/ Como Funciona	Foco Principal	Link/ Referência
1	Programa RHAÉ	CNPq / MCTI	Fomenta a inserção de mestres e doutores em projetos de PD&I dentro de empresas de pequeno e médio porte, com bolsas ¹ .	Inovação em PMEs / RH Qualificado	Notícia CNPq
2	VIA - Estação Conhecimento	UFSC	Coletivo de pesquisadores e alunos que transforma conhecimento acadêmico em ações de empreendedorismo e inovação (cursos, incubadoras, redes) ² .	Empreendedorismo / Inovação / Extensão	SC Inova , VIA UFSC
3	Curricularização da Extensão (Lab Políticas Públicas)	UNICAMP (Adm. Pública)	Disciplinas do último ano que integram saberes para abordar problemáticas reais em diálogo com o poder público local (Executivo/Legislativo) ³ .	Ensino / Extensão / Políticas Públicas	Artigo FGV
4	MAI/DAI (Mestrado/Doutorado Acadêmico para Inovação)	UFABC (Exemplo)	Programas de pós-graduação centrados em projetos com empresas, buscando resolver demandas do setor com rigor científico ⁴ .	Pós-Graduação / Parceria Industrial	https://mai-dai.ufabc.edu.br/



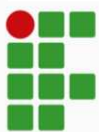
BOAS PRÁTICAS NO BRASIL

5	MAI/DAI (Mestrado/Doutorado Acadêmico para Inovação)	UNESP (Exemplo)	Programa similar (em parceria com CNPq) onde o pós-graduando tem orientador acadêmico e supervisor na empresa parceira ⁵ .	Pós-Graduação / Parceria Industrial	AUIN UNESP
6	Residência Técnica em Gestão Municipal (PRGM)	UDESC / Fundação ENA / TRE-SC (Exemplo)	Egressos de pós-graduação ingressam na Adm. Pública (cargos comissionados) para implementar boas práticas de gestão ⁶ .	Gestão Pública / RH Qualificado	TRE-SC PRGM
7	App Bora & Plataforma Desafios ENAP	ENAP	Ferramentas digitais (App e Plataforma Web) que conectam pesquisadores e gestores públicos para colaborar na solução de desafios da Adm. Pública ⁷ .	Conexão Pesquisa-Gestão / GovTech	Notícia ENAP, Bora App, Plataforma Desafios
8	Programa Capacitação 4.0 / PBL	EMBRAPII / IFs	Programa que utiliza Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) para capacitar estudantes em projetos de PD&I dentro dos Polos EMBRAPII nos IFs ⁸ .	Formação / PBL / P&D&I	Capacitação 4.0



BOAS PRÁTICAS NO MUNDO

	Tipo de Plataforma	Exemplos Principais	Como Funciona	Foco Principal
1	Inovação Baseada em Desafios (Challenge-Based)	Wazoku (InnoCentive), NineSigma, HeroX, Kaggle, DrivenData, Zindi	Organizações publicam "Desafios" (problemas técnicos ou de dados); solucionadores globais propõem soluções em troca de prêmios ⁹⁹⁹⁹ .	Inovação Aberta / Crowdsourcing / P&D
2	Matchmaking de P&D	Halo, Collabwith	Conectam empresas diretamente a pesquisadores/u universidades para P&D patrocinado ou colaborações de longo prazo, funcionando como um "LinkedIn para P&D" ¹⁰ .	Parceria P&D / Conexão Direta
3	Foco Social / ONGs	DataKind, Plataformas "Grand Challenges" (Ex: Gates Fdn.), Plataformas de Voluntariado Qualificado (Ex: Atados, Catchafire)	Conectam ONGs ou entidades com missões sociais a cientistas de dados, pesquisadores ou voluntários qualificados para resolver desafios específicos ¹¹ .	Impacto Social / Data for Good / ONGs



BOAS PRÁTICAS NO MUNDO - CHINA

	Metodologia/ Iniciativa	Breve Descrição/ Como Funciona	Exemplos Notáveis	Foco Principal
1	Direcionamento Central e Financiamento	Governo define gargalos tecnológicos e direciona fundos massivos, criando demanda e financiando universidades e empresas alinhadas ¹² .	Planos "Made in China 2025", IA de Próxima Geração	Estratégia Nacional / Top-Down
2	Parques Científicos e Tecnológicos	Criação de grandes ecossistemas físicos que co-localizam universidades, P&D empresarial, startups e gigantes locais ¹³ .	Zhongguancun (Pequim), TusPark (Tsinghua)	Ecosistema Físico / Proximidade
3	Laboratórios Conjuntos	Grandes empresas (campeãs nacionais) financiam pesquisa básica/longo prazo em universidades, focando em problemas fundamentais ¹⁴ .	Parcerias Huawei com Tsinghua, U. Pequim (HIRP) ¹⁵	P&D de Longo Prazo / Financiamento Privado
4	Institutos de P&D de "Novo Tipo"	Instituições híbridas (financiamento público, gestão de mercado) para fechar o "vale da morte" entre pesquisa básica e aplicação industrial ¹⁶ .	Vários institutos locais e setoriais	Híbrido / Fechar Vale da Morte
5	Programas de "Fluxo de Talentos"	Incentivos para que professores/estudantes se tornem empreendedores e atração de talentos do exterior para abrir laboratórios/empresas ¹⁷ .	"Thousand Talents Plan" (reformulado)	RH Qualificado / Empreendedorismo
6	Caso: Huawei & Universidades	Financia centenas de projetos (HIRP), foca desafios de longo prazo, absorve talentos (estudantes) das universidades parceiras ¹⁸ .	Liderança 5G, HarmonyOS, Processadores Kirin	Parceria Estratégica / Absorção de RH

BOAS PRÁTICAS NO MUNDO - EUA

	Metodologia/ Iniciativa	Breve Descrição/ Como Funciona	Exemplos Notáveis	Foco Principal
1	Programas de Ligação Industrial (ILP)	Empresas pagam taxa anual para ter acesso prioritário a pesquisas emergentes, startups, professores e eventos exclusivos da universidade (modelo "concierge") ²² .	MIT Industrial Liaison Program (ILP)	Acesso Prioritário / Scouting / Networking
2	Cultura do "Spin-Off"	Professores e alunos são encorajados a fundar startups baseadas em suas pesquisas, licenciando a PI da universidade e buscando capital de risco (Venture Capital) ²⁴ .	Empresas fundadas por acadêmicos (Ex: Genentech, Google, Moderna)	Empreendedorismo Acadêmico / VC
3	Community Colleges & Parcerias Locais	Institutos de educação profissional (Community Colleges) co-desenham currículos com indústrias locais para atender demandas específicas de mão de obra qualificada ²⁵ .	Parcerias em setores como aeroespacial, manufatura, saúde	Formação Profissional / Mão de Obra



OUTROS GUIAS, MANUAIS E MODELOS

Título	Descrição e Conteúdo	Autoria/ Instituição	Link de Acesso
Guia Institucional de Procedimentos e Parcerias do IF Baiano	Manual interno do IF Baiano detalhando fluxos, normas e procedimentos para formalização e acompanhamento de parcerias ¹ .	IF Baiano	Acessar Guia
Cartilha: Como Fazer Pesquisa no IFAM	Guia prático para alunos e servidores do IFAM sobre os passos, normas e oportunidades para desenvolver projetos de pesquisa ² .	IFAM	Acessar Cartilha
Cartilha de Inovação e Propriedade Intelectual do IF Baiano	Explica conceitos de inovação, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual (patentes, registros) no IF Baiano ³ .	IF Baiano / NIT	Acessar Cartilha
Site de Editais e Modelos para Parcerias do IFB	Seção do site do IFB que centraliza informações sobre iniciativas sociais, editais de extensão e parcerias, com modelos e formulários ⁴ .	IFB	Acessar Site



OUTROS GUIAS, MANUAIS E MODELOS

Guia para Colaboração USP-Empresas	Orienta sobre formas e procedimentos para parcerias entre a USP e empresas, detalhando modalidades, aspectos jurídicos e benefícios ⁵ .	USP / CEMeAI	Acessar Guia
Inovação em Rede: Boas Práticas de Gestão de NITs	Compilação e discussão de boas práticas na gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), enfatizando a atuação em rede ⁶ .	Inova Unicamp	Acessar Documento
Guia de Colaborações Acadêmicas: Parcerias Municípios-IES	Orienta a criação e gestão de parcerias entre prefeituras e Instituições de Ensino Superior (IES) para o desenvolvimento urbano sustentável ⁷ .	Programa Cidades Sustentáveis	Acessar Guia
Modelos da AGU para Instrumentos de Parceria (CT&I)	Página da AGU com informações, pareceres e minutas-padrão para instrumentos jurídicos de parceria em Ciência, Tecnologia e Inovação ⁸ .	AGU / PGF / SPF-CJ	Acessar Site



OUTROS GUIAS, MANUAIS E MODELOS

Gestão de projetos

planejamento, acompanhamento e prest. contas
Modelos de relatórios e prestação de contas:

IFPR / AGIF

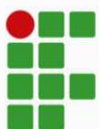
[Acessar Guia](#)

Guia de Parcerias

Legislação e Modelos

IF Baiano

[Acessar Documento](#)



GLOSSÁRIO

ACT: Acordo de Cooperação Técnica

AGU: Advocacia-Geral da União

APF: Administração Pública Federal

APL: Arranjo Produtivo Local

APSCL: Arranjo Produtivo, Social e Cultural Local

CDD: Classificação Decimal de Dewey

CEMeAI: Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CT&I / CTI: Ciência, Tecnologia e Inovação

DAI: Doutorado Acadêmico para Inovação

DARPA: Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (EUA)

DRS-ES: Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo

ECTI: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

EJA: Estaleiro Jurong Aracruz

EMBRAPII: Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública

ESG: Ambiental, Social e Governança (*Environmental, Social, and Governance*)

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

FAPES: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

FAPERGS: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FEP: Fundação Escola Politécnica da Bahia

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FIC: Formação Inicial e Continuada

GovTech: Tecnologia Governamental / Tecnologia para o Governo

HIRP: Programa de Pesquisa em Inovação da Huawei

HKUST: Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong

IA: Inteligência Artificial

ICT: Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

IDESAM: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

IDRS: Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável

IES: Instituição de Ensino Superior

IF: Instituto Federal (de Educação, Ciência e Tecnologia)

I-GCIR: Índice de Governança Colaborativa e Impacto Regional

IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves

ILP: Programa de Ligação Industrial



GLOSSÁRIO

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IP: Propriedade Intelectual

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

KPI: Indicador Chave de Desempenho

Labs: Laboratórios

MAI: Mestrado Acadêmico para Inovação

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MDR: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

MEC: Ministério da Educação

MGI: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

MIT: Instituto de Tecnologia de Massachusetts

MPTI: Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação

mRNA: RNA mensageiro

MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

MS: Ministério da Saúde

NBR: Norma Brasileira Registrada

NIH: Institutos Nacionais de Saúde (EUA)

NIT: Núcleo de Inovação Tecnológica

NSF: Fundação Nacional de Ciência (EUA)

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG: Organização Não Governamental

OSC: Organização da Sociedade Civil

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OST: Tecnologia do Espaço Aberto (*Open Space Technology*)

P&D / PD&I: Pesquisa e Desenvolvimento (e Inovação)

PBL: Aprendizagem Baseada em Problemas (*Problem-Based Learning*)

PCs: Prestações de Contas

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

PDE-Rede: Plano Diretor de Expansão (da Rede Federal)

PEIT: Plano de Extensão e Inovação Territorial

PGF: Procuradoria-Geral Federal

PI: Propriedade Intelectual

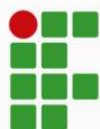
PMEs: Pequenas e Médias Empresas

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNEPT: Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

PPC: Projeto Pedagógico de Curso

PPGGP: Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública



GLOSSÁRIO

PPI: Projeto Pedagógico Institucional

PPIE: Projeto Político Institucional de Extensão

PPgTI: Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação

PRADI: Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (IFPR)

PRGM: Programa de Residência em Gestão Municipal

PROEX: Pró-Reitoria de Extensão

PROEXT: Programa de Extensão Universitária

PUR: Plano de Aplicação de Recursos

RAEF: Relatório de Acompanhamento da Execução Física

RECEPAC: Rede de Cooperação em Estudos, Extensão e Pesquisa sobre Ambientes Costeiros e Marinhos Capixabas

RFEPCT (ou Rede Federal): Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RH: Recursos Humanos

RHAE: Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC)

S-Sistema: Sistema S (referência a SESI, SENAI, SESC, SENAC, etc.)

SIGProj: Sistema de Informação e Gestão de Projetos

SLA: Acordo de Nível de Serviço (*Service Level Agreement*)

SNCTI: Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SNI: Sistema Nacional de Inovação

SPU: Secretaria do Patrimônio da União

SRA: Acordo de Pesquisa Patrocinada (*Sponsored Research Agreement*)

SRI: Sistema Regional de Inovação

SUSTech: Universidade Sul de Ciência e Tecnologia (China)

TAE: Técnico-Administrativo em Educação

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

TCU: Tribunal de Contas da União

TED: Termo de Execução Descentralizada

TICs: Tecnologias da Informação e Comunicação

TIP: Diretoria de Tecnologia, Inovação e Parcerias (NSF - EUA)

TLO: Escritório de Licenciamento de Tecnologia (MIT)

TRE-SC: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TRL: Nível de Prontidão Tecnológica (*Technology Readiness Level*)

TTO: Escritório de Transferência de Tecnologia (*Technology Transfer Office*)

VC: Capital de Risco (*Venture Capital*)



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo; BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: SOBER, 2003.

UNICAMP. Agência de Inovação – Inova. **Inovação em Rede: Boas Práticas de Gestão de NITs**. Campinas: Unicamp, 2017. Disponível em: <https://www.inova.unicamp.br/wp-content/uploads/2021/07/InovacaoEmRede.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

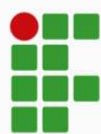
AGU. Advocacia-geral da União. Procuradoria-Geral Federal. Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica. **Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília, DF: AGU, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/subprocuradoria-federal-de-consultoria-juridica/ciencia-tecnologia-e-inovacao>. Acesso em: 21 set. 2025.

ANSELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543-571, Nov. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>.

BECKER, Gary S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BOISIER, Sergio. **El difícil arte de hacer región**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas (CBC), 1992.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Brasília, DF: Presidência da República, [2015].



_____. Decreto nº 11.123, de 01 de dezembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

_____. Decreto nº 8.240, de 21 de maio de 2014. Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas referidos no art. 1º-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

_____. Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 – processo de compras e contratações de Fundações de Apoio. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

_____. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2018].

_____. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020].

_____. Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023. Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2023].

_____. Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica - PNEPT [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2025].

_____. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1991].

_____. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1994].

_____. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República, [1996].

_____. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1998].

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1998].

_____. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2004].

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2008].

_____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

_____. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

_____. Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2023].

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Programa RHAE visa inserir mestres e doutores em 200 empresas de pequeno e médio porte.** Brasília, DF: CNPq, [202-]. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/programa-rhae-visa-inserir-mestres-e-doutores-em-200-empresas-de-pequeno-e-medio-porte>. Acesso em: 20 ago. 2025.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Ministério da Educação promove Capacitação 4.0.** Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/ministerio-da-educacao-promove-capacitacao-4.0>. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Rede Integra – Plataforma Integra.** [S.I.]: MEC/Rede Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://redeintegra.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

REFERÊNCIAS

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. Triple Helix, Quadruple Helix and Quintuple Helix and How Do Knowledge, Innovation and the Environment Relate To Each Other?. **International Journal of Social Ecology and Sustainable Development**, v. 1, n. 1, p. 41-69, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4018/jsesd.2010010105>

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **Sistemas de inovação e desenvolvimento**: mitos e realidades da economia do conhecimento. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

USP. Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria (CEMeAI). **Guia para Colaboração USP-Empresas**. São Carlos: ICMC/USP, [2022?]. Disponível em: <https://cemeai.icmc.usp.br/ncemeai/wp-content/uploads/2022/11/Guia-para-Colaboracao-USP-Empresas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

EMERSON, Kirk; NABATCHI, Tina; BALOGH, Stephen. An integrative framework for collaborative governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, n. 1, p. 1–29, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mur011>.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **App Bora**. Brasília, DF: ENAP, [s.d.]. Disponível em: <https://bora.enap.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Enap lança aplicativo que conecta pesquisadores e gestores**. Brasília, DF: ENAP, [202-]. Disponível em: <https://enap.gov.br/acontece/noticias/enap-lanca-aplicativo-que-conecta-pesquisadores-e-gestores/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Plataforma Desafios**. Brasília, DF: ENAP, [s.d.]. Disponível em: <https://desafios.enap.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

FREEMAN, Christopher. **Technology policy and economic performance**: Lessons from Japan. London: Pinter Publishers, 1987.

REFERÊNCIAS

FAPERGS. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. **Edital FAPERGS/IFRS/IFFar/IFSul 01/2020**: Programa de Apoio à Interação ICT-Empresa em Parceria - Institutos Federais do RS. Porto Alegre: FAPERGS, 2020. Disponível em:

<https://fapergs.rs.gov.br/upload/arquivos/202004/30093740-edital-fapergs-parceria-ifrs-iffar-ifsul-alterado-pelo-primeiro-aditivo.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

IDESAM. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **Produção de combustível derivado de resíduos industriais para processo de queima de cerâmicas vermelhas**. Manaus: IDESAM, [s.d.]. Disponível em: <https://idesam.org/projetos/producao-de-combustivel-derivado-de-residuos-industriais-para-processo-de-queima-de-ceramicas-vermelhas/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

IFAL. Instituto Federal de Alagoas. **Espaços Inovadores**. Maceió: IFAL, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/espacos-inovadores>. Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. Instituto Federal de Alagoas.. **IFAL lança programa AgroIFAL para fortalecer agricultura familiar em Alagoas**. Maceió: IFAL, [2024?]. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/ifal-lanca-programa-agroifal-para-fortalecer-agricultura-familiar-em-alagoas>. Acesso em: 18 ago. 2025.

IFAC. Instituto Federal do Acre. **Edital nº 02/2024 - DX/CGAB/IFAC**: Seleção de Projetos para Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e Economia Criativa. Rio Branco: IFAC, 2024. Disponível em: <https://editais.ifac.edu.br/quero-ser-parceiro-do-ifac/edital/944/arquivos/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

IFAM. Instituto Federal do Amazonas. **Cartilha: Como Fazer Pesquisa no IFAM**. Manaus: IFAM, [s.d.]. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/pesquisa-e-inovacao/ppgi/arquivos/cartilha_pesquisa_ifam.pdf/@@download/file/cartilha_pesquisa_IFAM.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

IF-BAIANO. Instituto Federal Baiano. **Guia Institucional de Procedimentos e Parcerias do IF Baiano**. Salvador: IF Baiano, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/07/guia-institucional-de-procedimentos-e-parcerias-do-if-baiano-maio-2021.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

REFERÊNCIAS

_____. Instituto Federal Baiano. Núcleo de Inovação Tecnológica. **Cartilha de Inovação e Propriedade Intelectual do IF Baiano**. Salvador: IF Baiano, 2022. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/nucleo-inovacao-tecnologica/wp-content/uploads/sites/83/2022/11/Cartilha-de-inovacao-e-propriedade-intelectual-do-ifbaiano.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

_____. Instituto Federal Baiano. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. **Coordenação Geral de Projetos Interinstitucionais - COPIN**. [S.l.]: IF Baiano, [s.d.]. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/prodin/copin/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

IFB. Instituto Federal de Brasília. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Iniciativas Sociais e Parcerias**. Brasília, DF: IFB, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/extensao2/iniciativas-sociais-e-parcerias>. Acesso em: 26 ago. 2025.

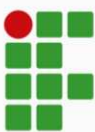
_____. Instituto Federal de Brasília. **Edital nº 40/RIFB, de 07 de novembro de 2022**: Chamada Pública para Celebração de Parceria. Brasília, DF: IFB, 2022. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/22582-edital-n-40>. Acesso em: 26 ago. 2025.

IFC. Instituto Federal Catarinense. **Edital nº 73/2025 - PROPI/GAB/IFC**: Fomento a Projetos de Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I) 2025/2026. Blumenau: IFC, 2025. Disponível em: <https://editais.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/48/2025/08/Edital-no-73-2025-PDI.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

IFCE. Instituto Federal do Ceará. Polo de Inovação. **Polo de Inovação IFCE**. Fortaleza: IFCE, [s.d.]. Disponível em: <https://polodeinovacao.ifce.edu.br/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. Campus Cariacica. **Projeto DRS-ES**. Cariacica: IFES, [s.d.]. Disponível em: <https://cariacica.ifes.edu.br/extensao-pesquisa-e-pos-graduacao/projetos-de-pesquisa/drs?showall=1>. Acesso em: 16 jul. 2025.

_____. Instituto Federal do Espírito Santo. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Microrregião Centro-Oeste**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://cariacica.ifes.edu.br/images/stories/MICROREGI%C3%83O_CENTRO-



REFERÊNCIAS

_____. Instituto Federal do Espírito Santo. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS-ES) - Microrregião Centro-Oeste**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://cariacica.ifes.edu.br/images/stories/DRS-CENTRO_OESTE.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

IFFAR. Instituto Federal Farroupilha. **Editais nº 087/2024**: Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I) - Parceria com Instituição Demandante. Santa Maria: IFFar, 2024. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/53906/6ea168fb7af6957fc85a438967b025f1>. Acesso em: 15 ago. 2025.

IFMA. Instituto Federal do Maranhão. **Fábrica de Inovação**. São Luís: IFMA, [s.d.]. Disponível em: <https://inova.ifma.edu.br/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IFPB. Instituto Federal da Paraíba. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. **Editais de Chamamento Público nº 35/2025 - PPgTI/PRPIPG/REITORIA**. João Pessoa: IFPB, 2025. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/prpipg/editais/ano-2025/edital-n-35-2025-prpipg/edital-de-chamamento-publico-n-35_2025_ppgti_prpipg_reitoria.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. Agência de Inovação. **Documentos Orientadores**. Curitiba: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/inovacao/agif/documentos-norteadores/documentos-orientadores/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

_____. Instituto Federal do Paraná. **Editais nº 115/2024 - PRADI 2025**. Curitiba: IFPR, 2024. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5R3luakZ1Xs-Hba8gXG5S_4nB_InWMfzLKVJ6uqAuWgvtw7QgCly13B0KhwYpHadICB9tkBggG_DZ7PgKo8jX1X. Acesso em: 10 jul. 2025.

_____. Instituto Federal do Paraná. **Notícias**. Curitiba: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/inovacao/agif/noticias-2/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

_____. Instituto Federal do Paraná. **Resolução CONSUP/IFPR nº 123, de 29 de novembro de 2021**. Curitiba: IFPR, 2021. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDSzXhdoNcWQHJaQIHJmJlqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzNP_quOexKc8oCJyNjDZQkOGY7LfttDEYPZJ47BHtUdu_FDTTbRAFKgBssHmV9EiVhua4eYNDt97AjqQHlRXwDH.

REFERÊNCIAS

IFRS. Instituto Federal do Rio Grande do Sul. **IFRS fortalece infraestrutura, inovação e protagonismo regional com parceria estratégica em Viamão**. Bento Gonçalves: IFRS, [202-]. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ifrs-fortalece-infraestrutura-inovacao-e-protagonismo-regional-com-parceria-estrategica-em-viamao/>. Acesso em: 08 ago. 2025.

_____. Instituto Federal do Rio Grande do Sul. **Lançamento do Portal Integra do IF Sudeste MG**. [S.l.]: IFRS, [202-]. Disponível em: <https://integra.ifrs.edu.br/institucional/noticias/lancamento-do-portal-integra-do-if-sudeste-mg>. Acesso em: 07 ago. 2025.

_____. Instituto Federal do Rio Grande do Sul. **Portal Integra**. [S.l.]: IFRS, [s.d.]. Disponível em: <https://integra.ifrs.edu.br/t/integra>. Acesso em: 05 ago. 2025.

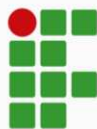
IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. Campus Florianópolis. **Empresas Juniores**. Florianópolis: IFSC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-florianopolis/empresas-juniores>. Acesso em: 07 ago. 2025.

_____. Instituto Federal de Santa Catarina. Campus Garopaba. **Editais de Seleção para o Hotel Tecnológico do Campus Garopaba 2023 (Finalizado)**. Garopaba: IFSC, 2023. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/d/campus-garopaba/edital-de-selecao-para-o-hotel-tecnologico-do-campus-garopaba-2023-finalizado>. Acesso em: 28 ago. 2025.

IFS. Instituto Federal de Sergipe. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Conectando Boas Práticas no IFS**. Aracaju: IFS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/guia-do-servidor/315-hotsite-progep/10764-conectando-boas-praticas-no-ifs>. Acesso em: 10 jul. 2025.

IFSULDEMINAS. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. **Resolução CONSUP nº 375/2024**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2024. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2024/375.2024_mesclado_compactado.Consup.pdf. Acesso em: 26 ago. 2025.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS-ES) – O Projeto**. Vitória: IJSN, [s.d.]. Disponível em: <https://drs.ijsn.es.gov.br/projeto>. Acesso em: 12 ago. 2025.



REFERÊNCIAS

LUNDEVALL, Bengt-Åke (ed.). **National systems of innovation**: towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter Publishers, 1992.

MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**, v. 66, n. 4, p. 281-302, 1958.

NASCIMENTO, C.; SILVA, F. M. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas Unicamp. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, p. e88038, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/88038/83792>. Acesso em: 6 ago. 2025.

NELSON, Richard R. (ed.). **National innovation systems**: a comparative analysis. New York: Oxford University Press, 1993.

PCS. Programa Cidades Sustentáveis. **Guia de Colaborações Acadêmicas**: Parcerias entre Municípios e Instituições de Ensino Superior. São Paulo: Programa Cidades Sustentáveis, [s.d.]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1iewXPkP9ldSJvrpesiaSFAm3_GBaeJRy/view. Acesso em: 10 mai. 2025.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCINOVA. **VIA une inovação e empreendedorismo para romper barreiras**. Florianópolis: SC Inova, [202-]. Disponível em: <https://scinova.com.br/via-une-inovacao-e-empreendedorismo-para-romper-barreiras/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

TRE-SC. Tribunal Regional Eleitora de Santa Catarina. Qualifica mandato. **Programa de Residência em Gestão Municipal (PRGM)**. Florianópolis: TRE-SC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/institucional/hotsites/qualifica/programa-de-residencia-em-gestao-municipal-prgm>. Acesso em: 27 jul. 2025.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Agência Unesp de Inovação (AUIN). **Doutorado DAI Unesp**. São Paulo: UNESP, [s.d.]. Disponível em: <https://auin.unesp.br/doutorado-dai-unesp>. Acesso em: 5 ago. 2025.

REFERÊNCIAS

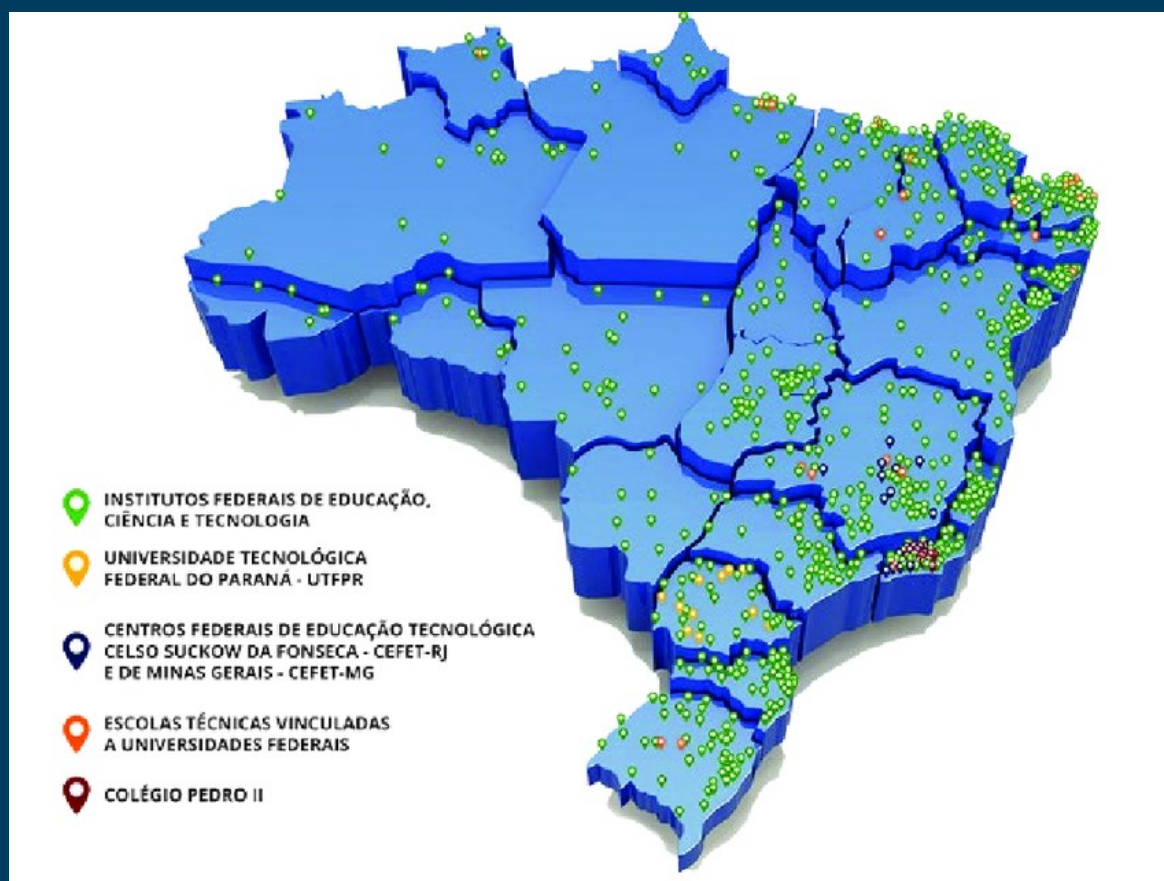
UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. VIA Estação Conhecimento. **VIA Estação Conhecimento**. Florianópolis: UFSC, [s.d.]. Disponível em: <https://via.ufsc.br/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **UTFPR recebe inscrições para a disciplina Indústria 4.0 até 11 de agosto**. Curitiba: UTFPR, [202-]. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/tamo-junto/utfpr-recebe-inscricoes-para-a-disciplina-industria-4-0-ate-11-de-agosto>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.



REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Sobre o Autor

Érico de Avila Madruga é Professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) na área de Gestão Pública atuando nas disciplinas de Governança, Planejamento, Licitações e Contratos Logística, Integridade, Ética e Sustentabilidade. Doutor em Planejamento e Governança Pública pela UTFPR, Mestre em Administração Universitária pela UFSC, Especialista em Gestão Pública pelo IFSC e Bacharel em Direito pela UFSC. Servidor público federal há mais de 21 anos, atuou em diversos cargos de gestão no Instituto Federal como Assessor Técnico, Diretor de Administração, Diretor do Centro de Referência em Formação e EaD e Presidente da Comissão de Ética. Também foi Especialista em Licitações e Contratos na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Atualmente é Coordenador-geral de Governança e Controle da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e membro da Comissão de Ética no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).